

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O GÉNERO

O género dentro das categorias gramaticais

A gramática tradicional associa as noções de género, de número e caso, sob a designação de categorias gramaticais, à parte do discurso representada pelos nomes ou por seus substitutos, os pronomes. A palavra «categoria», achegando o termo ao étimo grego, equivalia à «predicação», no sentido de «atribuir propriedades às coisas», ou no de indicar «o modo pelo qual se podia referir essas propriedades aos seres»; as diferenças do mundo real e as maneiras distintas de ser, eram representadas através das categorias de substância e das categorias acidentais. Existindo acordo entre as categorias de ser, de significar e de compreender, a filosofia, a gramática e a lógica interpenetravam-se. Por seu lado, a gramática tinha como parte essencial a palavra («dictio»), constituída pela «vox» (sons) e pela «significatio» (sentido) e estudava o seu funcionamento por meio das partes do discurso e dos paradigmas (declinação e conjugação), inserindo, quer as partes do discurso, quer os paradigmas dentro das categorias, como substâncias ou como acidentes. A flexão (número e caso) e o género constituem as categorias acidentais dos nomes; era costume chamar-se também, à flexão e ao género, categorias secundárias, perspectiva em que as partes do discurso, eram as categorias primárias.

O género aparece como categoria gramatical porque se exprime, em regra, por meio de morfemas¹ e, relacional-

¹ J. Vendryes, *Le Langage, Introduction Linguistique à l'Histoire*, Paris, Albin Michel, 1968, pág. 109.

mente, representa um enquadramento dos semantemas nas categorias mentais duma língua, estabelecendo, ao mesmo tempo, relações sintagmáticas entre as formas constituintes das frases. Os semantemas, por força do morfema categorial de género, ficam classificados numa dada sub-categoria de género.

Sendo o género, como aliás todas as categorias gramaticais, um facto da língua e não da fala, parece ao falante como um sistema de classificação preexistente e imposto. Por outro lado, as categorias gramaticais da língua, dependem da mentalidade colectiva duma comunidade e podem representar, nocionalmente, estádios já passados duma cultura e mesmo de um período pré-lógico. Há, no entanto, quase sempre correspondência entre as categorias gramaticais e a cultura que delas se serve como veículo. É o que, normalmente, se admite quanto ao género, na tendência de atribuir aos seres animados, o masculino ou o feminino, e igual atribuição aos nomes de coisas inanimadas, como reflexo de interpretações míticas e antropológicas primitivas.

Conceito e origem do género

A noção de género, considerada em sentido amplo, existe em todas as línguas conhecidas. Nas línguas indo-europeias e semíticas, a título de exemplo, a noção do género impõe-se imediatamente a qualquer palavra introduzida nas respectivas línguas. Contudo, o critério que preside à distribuição das palavras na categoria de género, apresenta-se duma maneira confusa, tornando quase improficua a tentativa de averiguação da origem desta noção. Nada ajuda, na solução do problema sobre a origem do género, a perspectiva diacrónica, visto que as palavras sofrem frequentes mudanças no que respeita ao género, no decurso da história das línguas. Se, por vezes, a mudança de género se baseia em possíveis analogias formais, em muitos mais casos, não parece possível a acção analógica.

A primeira ideia que ressalta da análise das palavras nesta categoria mórfica, é a de que se pressupõe o critério

do sexo dos seres como base do género gramatical. Mas ao organizar uma teoria morfológica global desta noção, encontramos, nas diferentes línguas, outros critérios classificadores, como o que supõe a existência ou a não existência de vida (animados / inanimados), o que se baseia na hierarquização dos seres (seres humanos, bichos animais, frutos, etc. ou seres superiores e seres inferiores), ou o que se refere ao carácter alienável ou inalienável dos seres e das coisas, etc. Além disso, há interpenetração dos vários critérios e múltiplas anomalias, por vezes, inexplicáveis. As línguas que possuem um género para os objectos inanimados no chamado género neutro, e, o género animado bi-partido em masculino e feminino, apresentam casos como *das Kind, das Mädchen*, nomes neutros, em alemão, embora semânticamente, representem seres animados; *mancipium*, em latim, *τέκνον*, em grego, *baby*, em inglês, encontram-se na mesma situação. Poder-se-á perguntar se o sistema hierárquico não está na base desta categorização? Se partirmos do sexo biológico ou género natural, como fundamento de distribuição do género, encontraremos, por exemplo, *a sentinela, a ordenança*, que designam seres do sexo forte, como já em latim, *uigilae*. Acrescente-se ainda que não só não é fácil congruar, o género natural e um género gramatical, como também não é possível tomar como ponto de partida da classificação, um critério puramente mórfico, pois, em português, *o planeta, o sistema*, etc., *scriba* (f), em latim, *πατήρ* (m) e *μήτηρ*, em grego, mostram que os morfemas não bastam para indicar o género e que nem sempre o género natural tem uma correspondente expressão morfémica. O próprio número de classes na noção de género, é muito variado: as línguas românicas, o hindi e o hebreu, etc. tem dois géneros (masculino e feminino); o latim e o grego, o russo e o alemão, etc. têm três (masculino, feminino e neutro); há línguas, como as bantas, com doze géneros.

Todos estes elementos forçam a concluir que o género, entendido em sentido amplo, como modo de classificação dos nomes, é uma noção universal e, quanto à origem e aos critérios dessa classificação, existe um sem número de hipóteses que não permitem uma interpretação unificada.

Relação entre o género gramatical e o género natural

Por qualquer ângulo que se tome a relação entre o género natural (o que se fundamenta no sexo biológico dos seres) e o género gramatical (o género estabelecido pelos morfemas), é difícil, senão impossível, encontrar um ponto de confluência onde se possibilite uma explicação conveniente. Se a língua se define como sistema de valores constituídos por puras diferenças, quer ao nível dos significantes, quer aos dos significados, o género terá no sexo biológico a sua base referencial? Ou, pelo contrário, o sexo biológico fornecerá uma pequena percentagem de motivação ao género gramatical, e nos casos restantes, trata-se apenas, de uma propriedade dos seres, criada por palavras, através dos semantemas e, sobretudo, por meio dos morfemas? Apenas uma pequena parte do léxico duma língua se apresenta com possibilidade de descrição sob a forma de «axe semântico» e «de articulação sémica», mas este traço não passa de um traço sémico entre outras². A correspondência entre a classificação das palavras pelo género gramatical e a classificação pelas propriedades naturais é muito diminuta, como o demonstra a diferença verificável de língua para língua, na maior parte do vocabulário. A distribuição do género, parece ser, apenas, um modo de classificação dos seres baseada no aspecto formal, e, além disso, a própria distinção gramatical dos géneros, não atinge a estrutura profunda, em algumas línguas. Com certo humanismo, Maurice Leroy imagina «uma sentinela» a casar-se com «um manequim»³. Além disso, os seres inanimados, onde a transposição metafórica é impossível, apesar da brilhante teoria de Leo Spitzer⁴, distribuem-se entre o género masculino e o feminino. Se *casa* (f) e *palácio* (m) pudessem reportar-se a um sistema hierárquico (inferior /

² J. Greimas, *Sémantique Structurale*, Paris, Larousse, 1966, págs. 20 e segs.

³ Maurice Leroy, *Les Grands Courants de la Linguistique Moderne*, 2.^a édition. Bruxelles, 1971, pág. 170, nota 1.

⁴ Leo Spitzer, «Feminización del Neutro», in *Revista de Filología Hispánica*, Buenos Aires, 1941, págs. 339 e segs.

/ superior), como encontrar explicação para casos como *sofa* (m), *maná* (m), *ponte* (f)? Nomes como *testemunha*, *criança*, ambos do feminino, aplicam-se indiferentemente a seres de sexo masculino ou feminino: acontece o contrário com *indivíduo*, *cônjuge*, etc., nos nomes de animais, *águia* (f), *rouxinol* (m), *sardinha* (f), etc., conservam sempre o mesmo género, quer se refiram ao macho ou à fêmea, e o uso destes termos para identificar o sexo, não altera o género da palavra, pois continuamos a introduzir o nome pelo mesmo artigo (o rouxinol macho / o rouxinol fêmea).

Analisando de perto a estrutura do género gramatical encontra-se como processo morfémico, a sufixação flexional — o / -a, a sufixação derivacional — *galo* / *galinha*, *cão* / *cadela*, *rapaz* / *rapariga*, *perdigão* / *perdiz*⁵, a heteronímia, *homem* / *mulher*, *boi* / *vaca*, *macho* / *mula*, etc., ou processos sintáticos como macho / fêmea apostos ao nome comum aos dois sexos; além disso, verifica-se que não há coincidência entre a terminação e o género (planeta, esperantista, crisma, totobola, etc. todos masculinos). Todos estes factos, não só tornam inviável uma teorização completa e eficaz sobre o género como deixam antever a dificuldade de encontro do ponto de confluência da classificação gramatical com base nas propriedades naturais. O que acabamos de afirmar vale tanto para o aspecto sincrónico da língua, como para o seu plano diacrónico. Pois, atente-se na interpretação do género neutro latino pelas línguas românicas: se são numerosas as coincidências, são-no, igualmente, as diferenças. Este facto não abona a hipótese da equivalência entre o género natural e o género gramatical. O próprio latim, possuindo um género específico para os seres inanimados, obedece, muitas vezes, mais a um critério formal do que a um critério natural: *pons* (m), *mensa* (f), *animal* (n). O próprio recurso a uma visão mítica ou mística dos primitivos falantes, não resulta de maneira a desvanecer a maior parte das dúvidas.

⁵ Sobre o papel da sufixação derivacional em relação ao género, sobretudo no que respeita ao chamado sufixos aumentativos, cf. Bernard Pottier, *Linguística Moderna y Filologia Hispânica*, Madrid, Gredos, 1970, cap. XVI, «Los infijos modificadores en português», págs. 161-185.

Perante o amontoado de dúvidas e de explicações, que pouco explicam, aparece como plausível a conclusão de que «do ponto de vista semântico, o masculino é uma forma não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer»⁶. Nas línguas que admitem a categoria de género parece haver uma certa marca semântica natural para o feminino, como cor, sexo, forma, contextura, grandeza, apreço ou desprezo, etc. O ser marcado nem sempre é o feminino, veja-se «mulherão», em sentido depreciativo, é masculino, «mulheraça», com sentido depreciativo, conserva o género da forma matriz. Qualquer que seja a marca especializada do feminino, que, por vezes, passa para o masculino, não permite, a teorização a partir do pansexualismo, pelo menos, não atinge a generalização pretendida. Tratar-se-á de uma classificação meramente formal? O género representará uma tradição genética e diacronicamente motivada na bipartição dos sexos? Haverá na base do género a implicação do pronome substituto e da orientação da concordância? Qualquer das hipóteses tem argumentos e defensores.

Comparando várias línguas, sobretudo as indo-europeias e as semitas, analisando a presença do género neutro e a ausência do feminino no (Hitita), permite concluir que a oposição primária estaria entre a noção de animado e inanimado, supondo como base o critério «vital»; estaria ainda incluída uma certa atmosfera mítica ou mística, oa atribuir vida a tudo o que tinha movimento (real ou aparente), como fogo, água, vento, árvores (por causa da sua fecundidade), as forças da natureza, os astros (tidos como seres divinos), «o céu luminoso», a terra (fecundada pela chuva do céu), o sol (ser que vê tudo), a lua (olho da noite), as partes activas do corpo (visivelmente activas), etc.⁷.

⁶ Mattoso Câmara, *Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio, Editora Vozes, 1970, pág. 78.

⁷ A. Meillet, *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, I. Paris, 1921, págs. 215 e segs. e A. Meillet et J. Vendryes, *Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques*, 2.^o édition, Paris, Libr. A. Honoré Champion, 1948, págs. 534-544.

Ao género inanimado (neutrum [lat], οὐδέτερον (gr), cuja noção expressa por *res* (lat.), χτήνα, πράγμα, χρέμα (gr), pertenciam os nomes de coisas, de frutos, etc., e os seres em desenvolvimento como apelando para a ternura ou piedade: τέκνον (gr), *born* «criança» (gótico), *Kind* (alemão), *baby* (inglês); os diminutivos são igualmente do neutro pela mesma razão. Isto é, nos seres animados, o neutro indica familiaridade, desprezo, carácter alienável, como em ἀνδράποδον «escravo», *mancipium* «escravo», *scortum* «prostituta», Meillet reconhece que há flutuação na classificação dos nomes como neutros ou como animados.

Posteriormente, surgiria uma nova distribuição, oposição secundária, a que distingue nos seres animados, o masculino do feminino, onde além do sexo biológico, haverá o sistema hierárquico, com a noção de seres superiores e inferiores. Note-se ainda que a distinção mórfica e flexional está bem estabelecida entre o género neutro e os nomes de género animado, pois nem o masculino, nem o feminino, possuíam uma forma e flexão específica para cada género. Era o adjectivo que marcava a distinção do género dos substantivos, na maior parte dos casos, como pode ver-se pelos nomes de parentesco (πατήρ, μήτηρ; mater, pater). Era o artigo e o adjectivo para o grego, o adjectivo para o latim, que muitas vezes distinguiam o género. O género neutro, ou permanece apenas formalmente, ou desaparece, integrando-se ou no masculino, ou no feminino. Por outro lado, formaram-se, em cada língua, micro-sistemas de categorias de palavras unidas pelo sentido, e tendiam para o mesmo género ou a mesma flexão.

Algumas coordenadas diacrónicas do género em português

Deixando-nos levar por uma tendência de generalização na perspectiva diacrónica, diríamos que, na passagem do latim clássico para o chamado «latim vulgar», com o desaparecimento do neutro, os «neutros singulares tornaram-se masculinos e os neutros plurais tornaram-se femininos da primeira declinação; os substantivos femininos da segunda declinação tornaram-se masculinos e os substantivos femi-

ninos da quarta declinação tornaram-se masculinos ou mudaram para a primeira declinação»¹. O romance conserva apenas os géneros masculino e feminino, fundindo em regra, os neutros terminados em —o, no masculino, os terminados em —a, no feminino. Foi esta tendência que se realizou na língua e se manteve. Com os substantivos chamados comuns de dois, sobre-comuns e epicenos, a mesma forma abrange os dois géneros, como acontecia já no latim — *consorte*, *cônjuge*, *testemunha*, *diabo*, *água*, etc. Nos nomes de árvores, o género depende da utilização do sufixo, que poderia ser —ário ou —ária, e, conseqüentemente, masculino ou feminino: pinheiro, ameixeira, macieira, etc.; não havendo recurso a qualquer sufixo, os nomes de árvores, arbustos, etc., ficavam masculinos: pinho, azinho, azevinho, etc. Por outro lado, certos nomes mudaram de género já dentro da própria língua, como *fim*, *planeta*, *linhagem*, etc., começando os dois primeiros por ser femininos e o último feminino, convertendo-se, depois, ao masculino e feminino, respectivamente. Em alguns vocábulos, a linguagem popular deixa-se influenciar pelo morfema temático, na atribuição do género, como em *cisma*, quer no sentido de «*mania*», quer no de «*divisão*», *crisma*, *abantesma* e *fantasma*, que são femininos, pelo menos em algumas zonas de Trás-os-Montes.

Com os nomes do género neutro latino criou-se a situação já antes referida, e, por causa da distinção entre um masculino e um certo feminino, um provindo do neutro singular e o outro do neutro plural, desenvolveram-se micro-sistemas curiosos, quer na passagem do latim para o português, quer na evolução mórfico-semântica, já no interior da língua portuguesa. Concretizando, os neutros, no singular, cujo tema terminava em —o, tomaram o género masculino; os terminados em vogal que não seja —o, ou terminados em consoante, tornaram-se masculinos ou femininos; os nomes provenientes do plural neutro, por causa da terminação em —a, tomaram o género feminino, embora conservando certa noção da reunião ou de ser colectivo, como se nota em *senha*, *lenha*, *boda*, *fruta*, etc. Do facto de a forma masculina ter

¹ Edwin B. Willians, *Do Latim ao Português*, Rio de Janeiro, Coleção de Filologia, 1961, pág. 21.

provindo do singular e a feminina ter sido originada do plural, ausência / presença de certa marca, criou-se um micro-sistema, com base na oposição já existente na língua. Assim, a partir de estrutura subjacente à oposição lenho / lenha, fruto / fruta, ovo / ova, braço / braça, etc., criam-se outros pares opositivos, em que a marca distintiva, tem como base, a configuração, a forma ou a contextura: bolso / bolsa, caldeiro / caldeira, figo / figa, ramo / rama, cabeça / cabeça, poço / poça, etc.

Breve análise sincrónica do género em português

Do que referimos anteriormente, não é lícito, nem concludente ou funcional, procurar uma base na perspectiva diacrónica, incluindo o étimo latino, para estabelecer, uma teoria organizada do género. Além disso, a apresentação formal da «palavra» também, não permite uma elaboração ordenada e conseguida sobre a categoria (ou sub-categoria) de género. Resta, portanto, considerar a língua, no aspecto sincrónico e ter em conta o género como sendo um simples (ou complicado?) processo de classificação, com grande parte de apresentação formal com correspondências semânticas (em alguns casos). Joga-se, nesse processo de distribuição e classificação com a presença / ausência de uma certa marca. Corroborar esta dedução (ou conclusão), o facto de o género de um substantivo não se conhecer, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação⁹. Por isso mesmo, a distinção entre masculino e feminino, através de morfemas — o / -a é redundante (aplicável a um número mais ou menos reduzido de palavras), a concordância e o artigo referenciam com (quase) precisão o género do substantivo. E assim, os nomes que possam fazer-se preceder do artigo *o* são masculinos, do artigo *a*, são femininos.

A gramática transformacional e generativa parte do pressuposto de que o género gramatical e o género natural podem ser classificados e diferenciados através de traços sintáticos

⁹ Celso Cunha, *Gramática do Português Contemporâneo*, 2.ª ed., Belo Horizonte, Edit. Bernardo Alvares, 1971, pág. 131.

([± animado] + [± masculino], + [∓ macho]), considerando a noção de género como um simples traço de N (nome); o *determinante* (D), artigo ou adjetivo, indica a marca do género, correspondente à distinção semântica (biológica) dos sexos, ou equivalente a uma diferenciação de forma, de cor, de textura, ou, muito simplesmente, diferenciação opositiva: o mártir / a mártir, o saco / a saca, o cabeça / a cabeça, etc.

Talvez se conseguisse pôr mais ordem na teoria do género, separando a classe dos seres animados, da dos seres inanimados. Na primeira classe, encontrar-se-ia a possibilidade de uma dicotomia com base bio-semântica; na segunda, um simples índice de classificação formal. Para os nomes de seres que não obedecem a este parâmetro, estabelecer-se-ia uma zona de intersecção dos dois sub-conjuntos, participando de certas propriedades dos animados e, ao mesmo tempo, de simples coordenadas mórficas dos inanimados. No entanto, haverá sempre casos anómalos, onde nem a boa vontade nem o artifício, atingem uma explicação clara. Com base nestes pressupostos, concluiremos: há nomes substantivos com dois géneros e a presença duma flexão redundante — isto nos nomes animados (o pastor / a pastora, o menino / a menina, o gato / a gata, etc.); existem nomes substantivos de género único, o dos seres inanimados e os de alguns inanimados (a mesa, o tema, o lápis, criada, o cônjuge, etc.); finalmente, nomes de dois géneros que não têm flexão com a diferenciação no determinante (D), como (o/a) artista, (o/a) mártir, (o/a) jovem, etc.¹⁰

Quanto às particularidades morfélicas e flexionais (morfofonémicas) existentes, como nos casos dos nomes em -ão, há que remeter o falante, ou para uma forma teórica constituída a partir de feminino, ou para as terminações latinas correspondentes¹¹.

¹⁰ G. Mattoso Câmara, *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, 1970, págs. 78-82 e Jean Dubois, *Grammaire Structurale du Français*, vol. I, *Nom et Pronom*, Paris, Larousse, 1965, págs. 52-90.

¹¹ Pilar Vazquez Cuesta y Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*, 3.ª edição, Madrid, 1971, pgs. 16 e segs.

A alternância vocálica verificada em alguns nomes que ao serem flexionados quanto ao género, quando a vogal teórica do substantivo é (ô) etimológica ou o resultado de / o / latino fechado por metafonia, aparecendo modificada em / ó / no feminino (sogro / sogra, ovo / ova, etc.), não só é retundante, como também nem é morfémica (pois existe o morfema flexional -o / -a); no caso de avô / avó, a alternância vocálica é redundante quanto à indicação do género (pois existe o artigo e a concordância), mas morfémica.

Considerando ainda o género no plano sincrónico, encontramos uma classe de substantivos que apresentam a oposição masculino / feminino como resultado duma evolução diacrónica a que pressupõe para o feminino a proveniência do plural neutro latino, presente sincronicamente, pela ideia da reunião, grupo ou ajuntamento; com base nesta origem, formou-se, analogicamente, dentro da língua portuguesa um micro-sistema incluindo no género marcado (feminino), diversificação de forma, mais ampla em largura e mais curta em comprimento ou altura: barco / barca, poço / poça, canastro / canastra, cesto / cesta, o saco / saca, bacio / bacia, etc. Funcionam do mesmo modo, palavras que não têm o mesmo étimo, nem a mesma referência semântica: o lente / a lente, o banho / a banha, o cocheiro / a cocheira, o banheiro / a banheira, o corto / a corte, etc. Para os nomes de máquinas, usa-se um nome feminino equivalente ao nome masculino, cabendo a este o sentido de homem que dirige aquela: o malhador / a malhadeira, o debulhador / a debulhadora, etc.

Em conclusão, o género, como propriedade do substantivo, é um conceito classificador, em parte, natural e, em parte, arbitrário. É classificador porque todos os substantivos têm o seu género, é natural por representar, através da dicotomia formal um par semânticamente diferenciado. É arbitrário, em muitos nomes de animais e nos nomes de coisas. Quanto aos nomes de coisas, a sua distribuição na categoria do género, é o resultado de antigas concepções antropomórficas e míticas ou de simples evoluções morfológicas. Os índices formais do género, nem sempre são seguros, nem preenchem a totalidade dos substantivos. Há certa desigualdade dos géneros, visto que o masculino subrepuja

o feminino sintacticamente, forçando a concordância no caso da presença dos dois géneros na frase, e, constitui o género indiferenciado, isto é, homem, por exemplo, funciona em oposição a mulher e ainda como representando globalmente o género humano; facto comprovador encontra-se também ao verificar-se a substantivação de qualquer elemento gramatical, como o infinito, o advérbio, etc., se tornarem masculinos: o sim, o ser, o ter, etc. A oposição dos géneros nos substantivos realiza-se por elementos de carácter lexicológico, representados por duas palavras diferentes: homem / mulher, boi / vaca, marido / esposa, cavalo / égua, etc., por elementos de carácter morfológico ou flexional: gato / gata, lobo / loba, e por meio de palavras com a função de morfemas: rouxinol macho / rouxinol fêmea. Qualquer destes traços é redundante, visto parecer caber ao artigo e à concordância o principal papel na indicação do género.

Mário Vilela